

ENTRE A AMEAÇA, O RISCO E O TRABALHO: BREVE ESTUDO SOBRE O CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO NO BRASIL

Bruno Souza da Silva¹

(FESPSP)

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar o temporário de trabalho no capitalismo flexível sob a ótica da sociologia do risco. Para tanto, abordaremos de maneira breve a história do trabalho e do conceito de risco no ocidente, e como o trabalho flexível apresenta riscos iminentes ao trabalhador contemporâneo. O trabalho, por ser uma categoria central de sociabilidade, revela muito sobre nossas relações e maneiras de enxergar o mundo. E, em meados do final do século XX, suas transformações estruturais foram de tamanho significativo. Assim, o presente trabalho surge da tentativa de compreender tais transformações a partir da perspectiva da sociologia do risco. Testaremos aqui a atualidade de Ulrich Beck e sua obra Sociedade de risco ao tentarmos entender o trabalho flexível, mais especificamente, o trabalho temporário.

Palavras-chave: Trabalho, Risco, Temporário, Flexível.

¹ Pseudônimo Bruno Mussil. Bacharelando em Sociologia e Política pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Email para contato: obrunosouzasilva@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Como é sabido, o trabalho acompanha o homem em sua trajetória desde os primórdios da humanidade. Sua centralidade na sociabilidade ocidental rendeu e renderá frutíferas discussões em busca da compreensão do que somos, individual e coletivamente, e do próprio mundo que nos cerca. Este artigo encaixa-se academicamente na disciplina de sociologia do trabalho e, ao mesmo tempo, a originalidade aqui tentada ousadamente aborda o trabalho sob a perspectiva de uma nova disciplina acadêmica surgida em meados dos anos 1980 na qual Ulrich Beck e Antony Giddens são pioneiros: a sociologia do risco.

Entender nossa relação com o destino, com o aleatório, com os eventos que não fazem parte do controle totalmente humano, enfim, com as incertezas do acaso. Este é um intuito da sociologia do risco. Uma forma de sociologia largamente produtiva nos países europeus com autores que se debruçam sob as angustiantes armadilhas do destino². Dentre tais autores, Ulrich Beck, ressalto, fora o principal por voltar seu olhar para a capacidade do risco em ser entendido como fenômeno cultural, político, econômico e social. Além disso, Beck foi o primeiro a tentar entender o trabalho com uma sociologia prospectiva (uma sociologia que visa explicar o futuro), pois na época em que escreveu a obra *Sociedade de risco*, o mundo passava pelas transformações oriundas da acumulação flexível.

O presente estudo testará a contemporaneidade e lucidez da obra de Ulrich Beck e de tantos outros autores que tratam da noção de risco como fenômeno social. Para tanto, a pergunta metodologicamente norteadora da pesquisa fora: *o que a sociologia do risco têm a nos dizer acerca do trabalho flexível contemporâneo?*

A resposta nos levou à tentativa de compreender detalhadamente os preceitos que norteiam o que nós entendemos por trabalho contemporaneamente e as novas formas de trabalho flexível atuais – cuja complexidade é expressa no trabalho temporário, selecionado aqui como o objeto da pesquisa. Assim, a maneira escolhida para trazer à luz a relação entre risco e trabalho fora uma trabalhosa pesquisa bibliográfica – que rendeu longos onze meses de reflexões conjuntas com

² Ver Deborah Lupton (2013), Ulrich Beck (2010), Ortwin Renn (1992), Raffaele Di Giorgi (1994), Pierre-Charles Pradier (2006), João Aersa (2008), Peter L. Bernstein (1997), Richard Sennet (1999).

os mais diversos autores do assunto – e em poucas entrevistas qualitativas de aspecto não estrutural com alguns trabalhadores temporários na intenção de comprovar nossa hipótese central: *o trabalhador flexível vive constantemente em risco, logo, vive constantemente ameaçado, pois internaliza as consequentes incertezas culturais e políticas da sociedade de risco*. O resultado da pesquisa é o artigo que se segue. Sua divisão apresenta, inicialmente, uma breve história do trabalho na qual serão apresentadas rapidamente as transformações estruturais do trabalho ao longo da história, principalmente durante o fervoroso século XX. Por conseguinte contextualizaremos o leitor sobre as discussões sociológicas acerca do risco. Nesta parte traduziremos o que significa a noção de risco e como ele se tornou um fenômeno social. O trabalho temporário aparece em seguida brevemente definido e academicamente tratado. E, por fim, trataremos a aproximação entre risco e o trabalho flexível ao analisar duas histórias diferentes de dois trabalhadores flexíveis, mas que nos ajudará a explicar e compreender o processo de internalização do risco enquanto fenômeno social e psicológico nas formas de trabalho atuais.

BREVE HISTÓRIA DO TRABALHO

O trabalho é uma categoria central de sociabilidade no mundo moderno ocidental (GORZ, 2003). Consequentemente, suas especificidades rendem frutíferas discussões no universo acadêmico das ciências humanas e sociais. André Gorz, por exemplo, comenta que:

O trabalho socialmente remunerado e determinado (...) é, de longe, o fator mais importante da socialização. Por isso, a sociedade industrial pode perceber a si mesma como uma “sociedade de trabalhadores”, distinta de todas as demais que a precederam (GORZ, 2003, p. 21).

Ulrich Beck, por sua vez, concordando com Gorz, afirma que “a importância que o trabalho adquiriu na sociedade industrial não tem precedentes na história” (BECK, 2011, p.203). Entretanto, um longo e lento processo histórico antecede tal centralidade do trabalho na sociedade ocidental.

Trabalho e necessidade são palavras que andam juntas no carrossel da história. No mundo antigo, o trabalho era reservado ao ambiente privado, ambiente dos escravos e mulheres, que existiam simplesmente para prover suas necessidades vitais, pois, no outro extremo da realidade social grega, o verdadeiro

cidadão (o homem livre) preocupava-se com a coisa pública: a pólis e a política. O tempo do homem livre era, portanto, o tempo da cidade. Desperdiçar tal tempo com as necessidades vitais era a morte em vida para o cidadão grego. Logo, a recusa do privado era inerente ao homem livre. Entretanto, a modernidade inverte o papel do trabalho, transferindo-o para a esfera pública, garantindo-lhe a importância acima citada na vida dos sujeitos (ARENDETT, 2008). Isso porque a racionalização econômica surge de maneira avassaladora por volta do século XVIII, apresentando ao homem um dos principais elementos do capitalismo: o cálculo (GORZ, 2003). Do cálculo à organização científica do trabalho, assistimos a desumanização e maquinação do homem que na modernidade transformou-se num trabalhador-consumidor, conforme nos mostra André Gorz (2003, p.30):

O tempo de trabalho e o tempo de viver foram desconectados um do outro; o trabalho, suas ferramentas, seus produtos, adquiriram uma realidade separada do trabalhador e diziam agora respeito a decisões estranhas a ele. (...) O trabalho concreto só pôde ser transformado em trabalho abstrato ao engendrar, no lugar do operário-produtor, o trabalhador-consumidor: isto é, o indivíduo social que não produz nada do que consome e não consome nada do que produz; o indivíduo para o qual a finalidade essencial do trabalho é ganhar o suficiente para comprar as mercadorias produzidas e definidas pela máquina social e seu conjunto.

Essas são algumas características primordiais do trabalho enquanto coisa pública na modernidade. Neste novo mundo, portanto, as condições sociais de existência do indivíduo dependem do trabalho. E, com o passar do tempo – até o limite da sociedade industrial (o nosso tempo) – ele permanecerá como uma das formas de expressão do ser, do subjetivo, do caráter, dos sujeitos no mundo capitalista (SENNETT, 2005). Em outras palavras, para entender a importância do trabalho em nossas vidas, muitas vezes confundimos aquilo que somos com aquilo que fazemos profissionalmente, conforme nos aponta Ulrich Beck:

Talvez não haja qualquer outra situação em que a importância adquirida pelo trabalho assalariado na vida das pessoas no mundo industrial se revele tão claramente como quando dois desconhecidos se encontram e perguntam: “o que você é?”, e não respondem com o que fazem nas horas vagas (...) nem com a confissão religiosa (...) nem com alusão ao ideal de beleza (...) mas com a profissão. Se sabemos a profissão do interlocutor, acreditamos saber quem ele (ela) é. A profissão serve de parâmetro mútuo de identificação com cujo auxílio contamos para avaliar as necessidades e capacidades pessoais e a posição econômica e social da pessoa com sua profissão. Na sociedade em que a vida se alinha pela trama da profissão, esta revela de fato algumas informações-chave: renda, status, conhecimentos linguísticos, interesses possíveis, contatos sociais etc (BECK, 2011, p.204).

Trabalho e ser, portanto, confundem-se na modernidade. E as modificações que ocorreram no trabalho durante o século XX devem aqui ser lembradas, pois sua significância nos permite afirmar, como nos demonstrou Ricardo Antunes (2006, p.23), “que a *classe-que-vive-do-trabalho* sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua *materialidade*, mas teve profundas repercussões na sua *subjetividade* e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou sua *forma de ser*”.

A partir do século XX, entram em cena: a) novas tecnologias de produção (microeletrônica e robótica); b) novas formas de gestão e regulação do trabalho (taylorismo, fordismo, e toyotismo); e c) novos processos de trabalho – como a flexibilização da produção (ANTUNES, 2006). Abaixo, abordaremos com mais cuidado cada uma dessas novidades.

As novas tecnologias de produção, em resumo, são frutos do avanço científico-tecnológico possibilitado pela modernidade e suas consequências para o mundo do trabalho são inúmeras. A partir de sua incorporação, as relações de trabalho e de produção do capital são transformadas profundamente (ANTUNES, 2006). Trabalhadores passam a perder cargos, pois a automação da produção diminui a necessidade de mão de obra humana, o que reforça a tese marxista de que o capital constantemente aumenta o trabalho morto, abstrato, para menos depender do trabalho concreto.

Por sua vez, as novas formas de gestão e regulação do trabalho merecem um detalhamento um pouco mais trabalhoso, porém, não iremos nos alongar na discussão, pois longos e bons estudos já foram produzidos em demasia pelos muitos pensadores do trabalho.

Todas essas formas (taylorismo, fordismo, e toyotismo) fazem parte da complexa disciplina denominada “Gerência Científica”, cujo intuito é “aplicar os métodos da ciência aos problemas complexos e crescentes do controle do trabalho nas empresas capitalistas em rápida expansão”. (BRAVERMAN, 1972, p.82).

O primeiro, o taylorismo, nas palavras de Harry Braverman³, pode ser entendido como uma *ciência do trabalho dos outros* na qual o controle é o elemento primordial do pensamento de Taylor. Para este, o controle auxiliaria a impor ao trabalhador “a maneira rigorosa pela qual o trabalho deve ser executado” (BRAVERMAN, 1972, p. 86). Em outras palavras, o taylorismo retirou do trabalhador o conhecimento e domínio de parte do processo produtivo, transportando-os exclusivamente para a gerência – que passou a controlar todo o processo do trabalho, sendo responsável também, e conseqüentemente, por todas as decisões existentes no trabalho.

O fordismo, por conseguinte, surge pouco tempo após o taylorismo, sendo, portanto, muito influenciado pelas ideias de Taylor. Segundo David Harvey:

O que havia de especial em Ford era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista (HARVEY, 1994, p.121).

Ou seja, Ford reconhecia a produção em massa como um elemento revolucionário capaz de alterar as estruturas que compõem o sistema capitalista. Assim, do fordismo surgiram frutos significativos como a produção no sistema linha de montagem e a carga horária de oito horas de trabalho e cinco dólares por dia, que permitiram a criação de uma sociedade capitalista mais dinâmica, uma sociedade baseada no consumo em massa, uma vez que os próprios trabalhadores passaram a adquirir tempo e renda favoráveis ao consumo imposto pela nova sociedade (HARVEY, 1994). Entretanto, o sucesso do fordismo está longe de ser parte de um processo tranquilo, pois o fervoroso século XX não teve espaço para tranquilidades.

Dentre as inúmeras barreiras que o fordismo enfrentara duas, na análise de Harvey, se destacam: a resistência da classe trabalhadora perante as novas modalidades de produção, que reforçou o conflito de classes; e os mecanismos de intervenção estatal, cruciais no momento da grande depressão. Transpostas essas barreiras, por volta do período pós-guerras, o fordismo tornou-se uma das principais

³ Braverman, em sua obra “Trabalho e capital monopolista” mostra com detalhes como Ford conseguiu chegar ao ápice da gerência científica utilizando-se dos mais variados incentivos (pagamento do trabalho, ensinamento de outras profissões, etc). Ver p.88-98.

maneiras de gestão, organização e regulação do trabalho do século que nos precedeu – tanto que o surgimento e ascensão de novas indústrias possibilitado pelo entre-guerras, é um exemplo significativo de como os princípios fordistas foram aplicados na nova sociedade de produção e consumo em massa.

Entretanto, a partir da crise da década de 1970, o fordismo mostra-se como inadequado às novas características do capitalismo cada vez mais flexível e global (aspectos que trataremos adiante). Neste novo contexto é que surge o Toyotismo.

O Toyotismo, em suma, é baseado em alguns princípios fundamentais: 1) na produção em menor escala, evitando o desperdício característico do fordismo e taylorismo. Ou seja, no toyotismo a produção dialoga de maneira mais efetiva com a demanda; 2) no controle rígido da qualidade da mercadoria através do uso frequente e intenso da tecnologia; e 3) na substituição do velho modelo de mão de obra especializada por um novo padrão de trabalhadores “multi-uso”, ou seja, capazes de realizar diversas funções durante o processo produtivo (PINTO, 2010). Todavia, para que entendamos a valia do toyotismo na explicação do que é o trabalho contemporâneo, devemos voltar nossos olhos para o contexto no qual surge essa nova forma de reestruturação do processo produtivo. E seu contexto é o inédito mundo da acumulação flexível do capital.

Segundo David Harvey, a acumulação flexível:

é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões até então subdesenvolvidas (tais como a “Terceira Itália”, Flandres, os vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados) (HARVEY, 1994, p.140).

Em outras palavras, a acumulação flexível é a novidade do mundo contemporâneo. Com ela, formas inéditas de produtos, trabalhos, mercados e instituições apresentaram-se aos indivíduos. Richard Sennett, por exemplo, afirma que

a expressão capitalismo flexível descreve hoje um sistema que é mais que uma variação sobre um velho tema. Enfatiza-se a flexibilidade. Atacam-se as formas rígidas de burocracia, e também os males da rotina cega. Pede-

se aos trabalhadores que sejam ágeis, estejam abertos a mudanças a curto prazo, assumam riscos continuamente, dependam cada vez menos de leis e procedimentos formais (SENNETT, 2005, p.9).

Vivemos, portanto, numa sociedade na qual a rigidez do trabalho já não faz mais sentido. Ser flexível, adaptável, permite garantir a subsistência dos sujeitos, embora tal flexibilidade, como veremos a seguir, nos ponha frente a frente com as incertezas angustiantes oriundas da noção de risco.

O CONCEITO DE RISCO: BREVE HISTÓRIA E CARACTERIZAÇÃO

A palavra risco vem da antiga língua italiana, na qual significa *risicare*, arriscar, ou seja, expor-se e sujeitar-se às incertezas do acaso, da sorte, do perigo e do desconhecido.

O que modernamente denominamos como risco surgiu no sistema de enumeração indo-arábico e, com o passar do tempo, alcançou o Ocidente cerca de 800 anos atrás. Mas foi no período do Renascimento que o risco passou a ser estudado seriamente,

(...) quando as pessoas se libertaram das restrições do passado e desafiaram abertamente as crenças consagradas. Foi uma época em que grande parte do mundo seria descoberto e seus recursos explorados. Uma época de turbulência religiosa, de capitalismo nascente e de uma abordagem vigorosa da ciência e do futuro (BERNSTEIN, 1997, p.3).

Foi nesta época que pensadores como o matemático, físico e filósofo Blaise Pascal (1623–1662) e o matemático Pierre de Fermat (1601–1665) traçaram as primeiras linhas da Teoria das Probabilidades e que Abraham de Moivre criou a curva em sino (distribuição normal) e o conceito de desvio padrão, ambos classificados por ele como pertencentes à sua Lei das Médias (BERNSTEIN, 1997). Essas descobertas do renascimento revelam um aspecto importantíssimo sobre a nossa relação com o risco: a partir de determinado momento, a humanidade passou a atribuir à ciência a missão de desvendar os perigos do incerto, a insegurança do acaso. Portanto, a Teoria das Probabilidades é um exemplo significativo que caracteriza essa nossa vontade incessante de se precaver perante as incertezas. Ao tentarmos calcular o que é provável, aquilo que pode acontecer, queremos controlar não apenas o futuro, mas também o risco enquanto “realidade subterrânea” (aspecto do risco que tratarei mais adiante). Foram essas descobertas que permitiram a criação da moderna administração do risco.

Portanto, resistindo ao tempo e ao espaço, a palavra risco aparece na Itália, pela primeira vez em meados do século XII e espalha-se pelo continente Europeu nos séculos seguintes (MENDES, 2015). Isso não significa afirmar que sociedades anteriores desconheciam o conceito de risco, mas que elas possuíam outras maneiras de tratar o incontrollável acaso (seja através da deusa Fortuna dos romanos, ou Tirésias dos gregos).

Nos séculos XVI, XVII e XVIII, a palavra risco é consolidada de vez na Europa, tanto que a partir daí a ciência moderna luta pelo controle parcial do risco enquanto perigo incerto. Nesta época é na atividade de seguros marítimos, a principal forma na qual o risco é empregado semanticamente. Entretanto, o século XIX representa a paralisação do uso do conceito de risco no mundo Ocidental (PRADIER, 2006). O sociólogo português José Manuel Mendes comenta que o motivo de tal desuso é que

(...) a ideia de progresso e positivismo ascendente, visível na obra, por exemplo, de Auguste Comte, afastaram o uso de um conceito como o de risco, associado ao indeterminado e ao desconhecido. O otimismo reinante e a confiança no futuro não davam lugar ao uso da palavra risco e às conotações associadas à mesma (MENDES, 2015, p. 16).

Mas o século XX preparou o mundo para enfrentar o risco como nunca antes na história da humanidade. Após duas grandes guerras, campos de concentração, totalitarismo, ditaduras, crises no sistema econômico, seguidas de crises no mundo do trabalho e catástrofes ambientais, o conceito de risco foi redefinido, e tomado como sinônimo de perigo – significado vigente até os dias atuais (MENDES, 2015).

Destarte, e conseqüentemente, como visto acima ao falarmos do Renascimento, embora a ciência tenha assumido a responsabilidade de compreensão do conceito de risco, ela ainda não criou uma definição que caiba na amplitude e complexidade do tema (AEROSA, 2008). O senso comum, ao lado de grandes teorias acadêmicas, por exemplo, entendem o risco como uma realidade subterrânea, “uma segunda realidade que transcorre oculta sob a realidade produzida pelo agir, quer o agir singular, quer o dos sistemas sociais” (DI GIORGI, 1994, p.39). E o que nos permite pensar desta forma é a presença constante da ameaça, como afirma o sociólogo italiano Raffaele Di Giorgi,

risco é um tipo de realidade da ameaça ou um tipo de ameaça da realidade conservada silenciosamente. Se não existisse essa ameaça, a ordem

continuar a subsistir. A realidade transcorreria normalmente. Os eventos, o agir, seriam coordenados segundo as expectativas, regulados segundo as previsões e os programas. Em outras palavras: aquilo que se procura realizar poderia ser realizado de modo, digamos, racional. O risco, se verificado, rompe tal ordem. Rompe as conexões entre seus elementos e a continuidade temporal que os mantém agrupados (DI GIORGI, 1994, p.39).

A presença frequente da ameaça, portanto, torna o risco um *continuum*, algo que não desaparece, mas que pode ser identificado, evitado e minimizado racionalmente, mas não de modo completo, pois o risco foge ao controle completo da razão e da ação. Assim, “podemos considerar o risco uma entidade condicional e onipresente” na sociedade capitalista contemporânea (AEROSA, 2008, p. 3). Tais aspectos permitiram que importante sociólogo alemão Ulrich Beck chamasse a sociedade flexível contemporânea de Sociedade de Risco.

SOCIEDADE DE RISCO: TRAÇOS DE UMA SOCIEDADE AMEAÇADA

Em “Sociedade de Risco”, Ulrich Beck visa criar uma teoria capaz de explicar o que vem a ser o mundo da pós-modernidade. Para o autor:

Na modernidade tardia, a produção social de riqueza é acompanhada sistematicamente pela produção social de riscos. Consequentemente, aos problemas e conflitos distributivos da sociedade da escassez sobrepõem-se os problemas e conflitos surgidos a partir da produção, definição e distribuição de riscos científico-tecnologicamente produzidos (BECK, 2010, p. 23).

Ou seja: na *sociedade de risco* os riscos são socialmente produzidos, definidos e distribuídos. Isso ocorre, segundo Beck, principalmente pelo potencial de *autoameaça* que nossa condição científico-tecnológica produz.⁴ Durante a Idade Média, nos mostra Ulrich Beck, as ameaças eram perceptíveis e sentidas pelos homens. O homem que fizesse “um passeio pelos becos e vielas de uma cidade medieval deveria ser o equivalente de ter o nariz açoitado” (BECK, 2010, p.26). Na sociedade de risco, por sua vez, as ameaças são invisíveis (são físico-químicas e psicológicas). Diz-nos, então, o autor que:

Os riscos e ameaças atuais diferenciam-se, portanto, de seus equivalentes medievais (...) fundamentalmente por conta da globalidade de seu alcance (ser humano, fauna, flora) e de suas causas modernas. São riscos da

⁴ O autor cita inúmeros exemplos ao decorrer da obra. Dentre elas os acontecimentos de Nagasaki e Chernobyl. A primeira foi uma cidade japonesa devastada pela bomba nuclear durante a Segunda Guerra Mundial. A segunda, pelo acidente numa usina nuclear que resultou na morte de dezenas de pessoas. Logo, tanto a bomba quanto a usina nuclear são frutos do nosso avanço científico-tecnológico. E suas consequências catastróficas são exemplos de como a presença constante do risco torna-o um fenômeno social, político e cultural.

modernização. São um produto em série do maquinário industrial do progresso, sendo sistematicamente agravados com seu desenvolvimento ulterior (BECK, 2010, p.26).

A sociedade industrial, portanto, encontrou seu limite quando se deu conta de que o domínio completo da modernização foge à sua vontade. As ameaças constantes do erro (humano ou não) resultam em riscos iminentes de destruição em níveis regionais e globais, por conta do próprio processo de modernização/industrialização. Essas ameaças ganham uma configuração político-cultural, transformando estruturalmente a vida social contemporânea. Com o trabalho, como é de se imaginar, não seria diferente.

Ulrich Beck separa o sexto capítulo de sua obra para tratar da problemática do trabalho na nova sociedade que se coloca frente aos seus olhos. O próprio título do capítulo já nos ambienta acerca dos contornos que sua análise está inserida⁵. Tal capítulo chama-se *Despadronização do trabalho assalariado: sobre o futuro da formação profissional e do emprego*. Nele vemos que “trabalho assalariado e profissão se converteram em eixos de conduta na era industrial” (BECK, 2010, p.203). Esta afirmação o aproxima de Richard Sennett, quando este nos fala do caráter. Nossos eixos de conduta (nosso caráter) baseiam-se em princípios e valores herdados das instituições variadas que cercam nossas vidas. Dessa maneira, tal qual a família, a profissão também revela, e influencia, em nosso entendimento e conceptualização do mundo e da pessoa. Mas, afirma Beck (2010, p.205), “assim como a família, a profissão perdeu, por sua vez, suas antigas garantias e funções tutelares”. Isto porque as bases internas de orientação da vida estão abaladas, consequência de uma sociedade industrial vista como *uma sociedade do trabalho assalariado do princípio ao fim* – ou seja: em toda sua extensão – na qual as mudanças estruturais no trabalho assalariado resultam em mudanças amplas na sociedade como um todo (BECK, 2010). Conseqüentemente, para entender tais mudanças, o autor volta seu olhar para as três principais formas de *padronização intensiva do sistema empregatício*, são elas: *o contrato de trabalho, o local de trabalho e a jornada de trabalho*.

⁵ Vale lembrar que o livro é publicado originalmente no ano de 1986, portanto, muitas das premissas apresentadas pelo autor encaixam-se, como ele mesmo reconhece, numa espécie de teoria social prospectiva, ou seja, como teoria que visa explicar o que há de ocorrer partindo da análise empírica de uma realidade social dada no presente. À época que Ulrich Beck escreve, muito do que ele nos aponta apresentava-se de maneira ainda superficial, rasa, mas que hoje encontra-se embutido na grande maioria das realidades societárias do mundo.

O sistema empregatício surgido em meados do final do século XIX era caracterizado por aspectos claramente delimitados sob essas três formas (contrato, local e jornada de trabalho). O contrato era o elemento jurídico que garantia a disposição da mão de obra e a negociação percentual entre setores e categorias profissionais. Além disso, por conseguinte (sobre o local de trabalho), “tornou-se obvio que o trabalho seja realizado de forma espacialmente concentrada, em (grandes) organizações fabris” (BECK, 2010, p.207). Por fim, acerca da jornada de trabalho:

O sistema empregatício também se assentava – com algumas exceções – até meados dos anos setenta na regra geral do “trabalho vitalício integral” como parâmetro de organização temporal para o planejamento e mobilização de mão de obra na empresa, mas também para definir as circunstâncias biográficas. Esse sistema permite – em princípio – traçar claras delimitações entre trabalho e ócio, passíveis de fixação no espaço e no tempo, mas também com contornos sociais e jurídicos distinguindo desemprego e emprego (BECK, 2010, p.207).

Contudo, como vimos anteriormente, os novos modos de racionalização do capitalismo flexível transformaram drasticamente a natureza do trabalho e do sistema empregatício. Neste caminho “as fronteiras entre trabalho e ócio se tornam fluidas. Formas flexíveis e plurais de subemprego se difundem” (BECK, 2010, p.207).

Dentre os exemplos citados pelo autor com o intuito de demonstrar como a flexibilização se incrusta nas formas padronizadas do sistema empregatício temos: o *home office*, como um exemplo de dispersão espacial e temporal da mão de obra no qual, em decorrência do trabalho feito em casa, as grandes fábricas ganham o estigma de elefantes brancos abandonados (o clássico exemplo de Detroit nos Estados Unidos), tornando a organização fabril invisível com os trabalhadores concentrados, dispersos e isolados espacialmente em suas residências.

Já a flexibilização da jornada de trabalho implica na redução parcial do tempo de trabalho e, *pari passo*, a diminuição da renda. Diz Ulrich Beck (2010, p.208): “a política de reajuste da jornada de trabalho é também, portanto, uma política redistributiva e gera novas incertezas e desigualdades sociais”.

Por último, o elemento do contrato de trabalho é radicalmente transformado pela flexibilização. Utilizaremos com mais afinco, por conta dos intuitos deste breve estudo, o exemplo do contrato de trabalho temporário para compreender de que

forma o risco, enquanto ameaça constante ao trabalhador, resulta também numa transformação subjetiva dos sujeitos.

O TRABALHO TEMPORÁRIO

O trabalho temporário é uma problemática recente nas ciências sociais e ao próprio mundo do trabalho. Ele, como vimos até aqui, é fruto das novas formas de subemprego, ou trabalho precário se o leitor preferir, que nascem no capitalismo contemporâneo (flexível e global). Sua novidade é em forma e conteúdo. E suas características principais dizem respeito à *forma contratual estabelecida* e os *atores que fazem parte do processo empregatício*.

O primeiro aspecto (a forma contratual estabelecida) do trabalho temporário (ou contrato de trabalho por prazo determinado) é definido como “o contrato de trabalho cuja vigência dependa de termo prefixado ou da execução de serviços especificados ou ainda da realização de certo acontecimento suscetível de previsão aproximada” conforme a Lei nº229 (BRASIL, 1967, art.443). Ou seja, tal contrato estabelece uma relação empregatícia por um período pré-determinado pela parte contratante (as empresas) e o contratado (trabalhador) – porém, muitas vezes esta relação é intermediada também por agências de emprego (como veremos adiante). Marcia Carvalho de Azevedo & Maria José Tonelli (2014, p. 199) definem que no trabalho temporário “o indivíduo é contratado por um período determinado, com um contrato de trabalho com data de início e de fim, podendo abranger profissionais contratados direta ou indiretamente pela empresa”. Portanto, o contrato de trabalho temporário pode ser entendido sob a ótica de um trabalho “sem forma” (OLIVEIRA, 2003). Nele, a flexibilidade é necessária – tanto em termos contratuais, quanto mercadológicos – pois diz respeito às inseguranças e (im)previsibilidades do mercado. Um exemplo considerável é a possibilidade das empresas contratarem certo número de trabalhadores temporários durante períodos em que são previstos altos índices de procura de mercadorias como a Páscoa, Dia das mães e Natal no Brasil, conforme nos mostra a tabela a seguir.

COMPARATIVO DE CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS NOS ÚLTIMOS ANOS NO BRASIL

Datas comemorativas	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Páscoa	60.000	63.300	70.100	70.800	74.000	83.500	84.400
Dia das Mães	23.500	26.000	28.000	30.000	32.000	33.000	32.500
Natal	125.000	140.000	147.000	157.000	162.000	162.000	X

Tabela 1. Comparativo de contratações temporárias nos últimos anos no Brasil; Fonte: SINDEPRESTEM (Sindicado das Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros e de Trabalho Temporário).

Vemos, portanto, que o trabalho temporário existe de maneira oposta aos clássicos vínculos de longa duração e com certa estabilidade. Suas premissas, no geral, baseiam-se em contratos de curta duração e são cercados de instabilidade.

No segundo aspecto, que diz respeito aos *atores que fazem parte do processo empregatício* em torno do trabalho temporário, vale a pena voltar nosso olhar para as agências e os agentes que o compõe.

Como já fora mencionado, empresas e trabalhadores não são os únicos agentes deste processo. Um elemento novo se apresenta nas reflexões sobre trabalho temporário: as agências intermediadoras de emprego (ou agências de emprego, na linguagem popular). Vera da Silva Telles e Nadya Araújo Guimarães são as grandes referências no Brasil sobre o tema. Vemos, que tais agências “vão mobilizando, entre os circuitos urbanos locais, os operadores de caixas registradoras, balconistas, porteiros, faxineiras, empregados para serviços variados” (DA SILVA TELLES, 2006, p.177). Ou seja, o produto que tais agências de emprego negociam e mobilizam é a própria força de trabalho. Isto, por si, representa o ápice do elemento força de trabalho enquanto mercadoria capitalista (ARAUJO GUIMARÃES, 2008). Mas, para compreender as recentes configurações do trabalho temporário, responder a uma pergunta é essencial: sobre qual força de trabalho estamos falando? Ou melhor: quais são os sujeitos preponderantes dessa força de trabalho móvel e negociada nesse novo sistema empregatício? A resposta é um consenso acadêmico: os jovens⁶.

Segundo dados do Sindeprestem a modalidade de trabalhadores temporários já ocupa espaço no mercado brasileiro desde 1974 (na época o setor industrial era o principal contratante). Além disso, na 7ª pesquisa setorial Fenaserhtt/Sindeprestem

⁶ Sob a denominação “jovem” consideramos aqueles sujeitos entre 15 e 30 anos.

realizada por essa mesma organização no ano de 2013, no território nacional havia 1.975 empresas de trabalho temporário reconhecidas e certificadas pelo Ministério do Trabalho. A mesma pesquisa demonstra que o setor arrecadou 15,92 bi em 2013.⁷ Contemporaneamente, segundo o estudo *The agency work industry around the world* da Ciett (Confederação Internacional das Agências Privadas de Emprego), em 2016 existiam 2.156.000 trabalhadores com contratos temporários no Brasil, os jovens até 30 anos representam aproximadamente 2/3 desse seguimento por conta das oportunidades apresentadas como primeiro emprego. Debruçar-nos sobre os jovens, portanto, é a melhor opção se quisermos compreender as dicotomias da flexibilização do trabalho.

O jovem está inserido nesta realidade flexível. Ela se apresenta a ele não como possibilidade, mas como realidade dada e que ele deve enfrentar durante sua vida (DA SILVA TELLES, 2006). Richard Sennett fez este exercício quando estudou a trajetória de Rose em sua obra “A corrosão do caráter” aqui já citada. Para os intuítos deste artigo, a obra de Sennett nos ajudará a entender a profunda ligação entre os conceitos de risco e o trabalho flexível contemporâneo.

A INCERTEZA DO PRESENTE: A CORROSÃO DO CARÁTER DE ROSE E HENRIQUE

Richard Sennett, em sua obra “*A corrosão do caráter*”, separa o capítulo cinco para tratar da questão contemporânea do risco no trabalho.

Nesse capítulo, Sennett nos conta a história de Rose, a dona de um bar – o Trout – em Nova Iorque bastante frequentado pelo autor. Sennett nos mostra que Rose, em certo momento de sua vida, decidiu trabalhar numa empresa de publicidade do ramo de bebidas, pois,

(...) pode-se chegar a um ponto em que, se não se faz alguma coisa nova, a vida, como um terno muito usado, vai-se tornando cada vez mais esmolambado. Rose pegou a oportunidade com a sensatez do pequeno comerciante; arrendou, em vez de vender, o Trout, para o caso de as coisas não darem certo (SENNETT, 2005, p.91).

⁷ Fonte: Federação Nacional dos Sindicatos de Empresas de Recursos Humanos, Trabalho Temporário e Terceirizado / Sindicato das Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros e de Trabalho Temporário – FENASERHTT/SINDEPRESTEM. Disponível em: <http://www.sindeprestem.com.br/cartilhafinal.pdf>

Conseqüentemente, o autor nos detalha a experiência de Rose na empresa de publicidade – que durou apenas um ano. Em resumo, foi uma experiência cheia de angústias diárias, pois Rose sentia-se desamparada, quando não: perdida. No ramo da imagem (a publicidade) a experiência de vida de uma moça na meia-idade não era reconhecida por ser entendida como vazia de significado em um ambiente de incerteza. Noutras palavras, a pouca validade do passado de Rose era substituída pela surpresa do presente no qual a frase “sempre começar de novo” era tida como a ordem do dia no escritório de publicidade. E, embora Rose fosse corajosa, “a incerteza de sua posição combinada com a negação da experiência que vivera, minou sua coragem” (SENNETT, 2005, p.93). Rose, portanto, é um exemplo que nos auxilia a entender certas especificidades do trabalhador contemporâneo. Ela arriscou-se, correu riscos, mas fracassou perante a incerteza que destes são sinônimos.

Sennett afirma que “as novas condições de mercado obrigam grandes números de pessoas a assumir novos riscos, mesmo sabendo os jogadores que as possibilidades de retorno são tênues” (SENNETT, 2005, p. 104). Tal afirmação toma como base as pesquisas realizadas pelo psicólogo Amos Tversky. Em resumo, Amos Tversky nos mostra que as pessoas se preocupam muito mais com as perdas do que pelos ganhos, pois é na perda que nossa estrutura psicológica é abalada ao ponto de nos fazer imaginar os cenários desastrosos que nos cercam caso ocorra algum evento inesperado para o sujeito. Assim, focalizar as perdas leva os indivíduos a tomar decisões que envolvem grandes possibilidades de algo dar errado. Entretanto, o reconhecimento do sujeito de que sua situação como trabalhador temporário é sempre incerta – e que está constantemente exposto ao risco e às possíveis perdas – influencia em sua volatilidade por trocar frequentemente de emprego. Destarte, é compreensível a premissa de que no capitalismo contemporâneo (flexível), os trabalhadores trocam de emprego com frequência, o que coloca antigas noções estruturais do trabalho – como a noção de carreira, por exemplo – em sério declínio.

Assim, nos trabalhadores de hoje podemos encontrar um fenômeno interessante: o impulso para o perigo. Os trabalhadores, muitas vezes, saem de seus empregos voluntariamente justamente por conhecer a ambiguidade do risco (aventura e perigo). Mas Sennett afirma que “o impulso de correr riscos, por mais

cego, incerto, ou perigoso que seja fala a um conjunto mais cultural de motivações” (SENNETT, 2005, p.102). Podemos falar, portanto, numa moderna cultura de risco no trabalho. Nesta cultura estabilidade é sinônimo de fracasso, “parecendo quase uma morte em vida” (SENNETT, 2005, p.102). “Partir”, portanto, é mais interessante que “ficar”. Para o autor isso é consequência de fatores econômicos e sociais como o desornamento das instituições e o sistema de produção flexível que valorizam o “partir”, pois “ficar é ser deixado de fora” (SENNETT, 2005, p. 103). Rose sentiu a necessidade de “partir”, imposta pelo mercado de trabalho e o sistema de produção, para o novo desafio na empresa de publicidade. Mas sua exaltação não durou, tendo em vista o desafio diário do recomeço, que gerava exposição e incerteza.

No caso do trabalhador temporário o risco coloca-o frente a frente com a incerteza e a ameaça do desemprego. Tanto a incerteza quanto a ameaça são elementos que apresentam ao trabalhador temporário a possibilidade e a necessidade de “partir” quando for preciso. É o caso de Henrique, 29 anos, e agente de tráfego numa grande seguradora brasileira.

Henrique começou em seu cargo de agente de tráfego como trabalhador temporário e terceirizado (uma possibilidade do que chamaremos de *flexibilização extrema* das novas formas de emprego atuais). Uma agência de empregos era a responsável pelo vínculo de Henrique com a seguradora. Ele ficou nesta condição de trabalhador temporário aproximadamente sete meses até conseguir efetivar-se no cargo por conta de seus resultados produtivos.

Ao ser indagado acerca de suas preocupações na condição de trabalhador temporário, nos diz Henrique: “Na verdade, eram duas preocupações que eu tinha. Uma de permanecer no serviço. Devido ser temporário a gente acaba não tendo estabilidade, né. A empresa contratante finalizando o contrato com a contratada [a agência] a gente acabava sendo tirado da empresa. E a minha segunda preocupação era conseguir ser efetivado”. Vemos nesta fala que as angústias de Henrique na condição de trabalhador temporário dizem respeito à possibilidade do desemprego, a incerteza da efetivação e a fragilidade de seu vínculo contratual. Todos estes aspectos podem ser vistos como ameaças ao trabalhador temporário. São ameaças causadas – como largamente demonstrado ao longo do artigo – pela

flexibilização, logo, pelo próprio rumo que a sociedade capitalista contemporânea caminha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os contornos de uma sociedade que produz e distribui socialmente os riscos da modernização e da flexibilização, portanto, exercem forte influência (sócio)psicológica no trabalhador contemporâneo, e que pode ser compreendido como um fenômeno internalizado pelo sujeito e reproduzido em suas ações cotidianas. Bourdieu nos auxilia na explicação desse fenômeno com o conceito de *habitus*, definido como:

um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas. (BOURDIEU, 1983, p.65).

Assim, o mundo de incertezas e inseguranças no qual vivemos faz parte da base estrutural flexível que sustenta as relações de trabalho e de produção atualmente. A presença constante da ameaça difundida socialmente, mesmo que de maneira silenciosa, aparece nas práticas e maneiras de perceber o mundo do trabalhador temporário.⁸ Este vive uma dupla incerteza: o desemprego e a fragilidade de seu vínculo contratual. Ao mesmo tempo, portanto, em que se preocupa em continuar no mercado de trabalho, sabe que sua efetivação no cargo pode não acontecer em vista do que já fora estipulado contratualmente: trabalhar durante o período prefixado. Logo, viver constantemente em risco abala suas ações e decisões, que variam entre “partir” em busca de um novo subemprego ou “ficar” – mesmo sabendo que seu vínculo possui uma angustiante data de validade.

⁸ Podemos falar aqui que, contemporaneamente, há um *habitus do risco* internalizado pelos sujeitos e reproduzidos nas relações flexíveis de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AREOSA, João. O risco no âmbito da teoria social. In: **VI Congresso Português de Sociologia-Mundos Sociais: Saberes e Práticas**. 2008.

ALVES, Giovanni Antonio Pinto. Trabalho, corpo e subjetividade: toyotismo e formas de precariedade no capitalismo global. **Trabalho, educação e saúde**, p. 409-428, 2005.

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ARAUJO GUIMARÃES, Nadya. Empresariando o trabalho: os agentes econômicos da intermediação de empregos, esses ilustres desconhecidos. **Dados-Revista de Ciências Sociais**, v. 51, n. 2, 2008.

ARENDT, Hannah. Labor. **A condição humana**. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BERNSTEIN, Peter L. **Desafio aos deuses: a fascinante história do risco**. Campus, São Paulo 1997.

BOURDIEU. **Sociologia**. (organizado por Renato Ortiz). São Paulo: Ática, 1983.

BRASIL. Lei 229, de 28 de Fevereiro de 1967. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm Acessado em 11/09/2017.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

CARVALHO DE AZEVEDO, MARCIA; TONELLI, Maria José. Os diferentes contratos de trabalho entre trabalhadores qualificados brasileiros. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 15, n. 3, 2014.

CHESNAIS, François. 1995. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã

DA SILVA TELLES, Vera. Mutações do trabalho e experiência urbana. **Tempo social**, v. 18, n. 1, p. 173-195, 2006.

DI GIORGI, Raffaele. O risco na sociedade contemporânea. **Seqüência: estudos jurídicos e políticos**, v. 15, n. 28, p. 45-54, 1994.

GORZ, André. **Metamorfoses do trabalho**. São Paulo: Annablume, 2003.

HARVEY, David. *Condição Pós-moderna*. 4ª ed. São Paulo: Loyola, 1994.

LUPTON, Deborah. **Risk**; 2nd ed. Routledge, London, 2013.

MENDES, José Manuel. **Sociologia do risco: uma breve introdução e algumas lições**. Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press, 2015.

OLIVEIRA, Francisco de. (2003), O ornitorrico. In: _____. **Crítica à razão dualista. O ornitorrinco**. São Paulo, Boitempo, pp. 121-150.

PINTO, G. A. **A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo**. 2a edição. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PRADIER, Pierre-Charles. I. **Histoire du risque**. Repères, p. 8-15, 2006.